

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO DOS INHAMUNS/CE.

Francisca Izabel Alves Ferreira ¹
Dr. Elídio Vanzella ²

RESUMO

Esta pesquisa apresenta uma problemática que é discutir os impactos da educação a educação profissional para a inserção no mercado de trabalho na região dos inhamuns/ce., a partir do olhar dos docentes e discentes. Ao tratar da educação profissional no Brasil, esta pesquisa será realizada nas escolas estaduais de educação na região dos Inhamuns no estado do Ceará, com base na legislação educacional brasileira vigente e diante da responsabilidade das instituições de ensino, de gerar saberes coletivos e flexíveis, sintonizados com as novas bases e novas formas de organização produtiva, fundadas na produção e difusão de inovações de cunho tecnológico, aborda-se a educação por competência como uma metodologia adequada a educação profissional.

Palavras-chave: Educação Profissional, Competência, Educação Integral.

INTRODUÇÃO

A formação do trabalhador no Brasil começou a ser feita desde os tempos mais remotos da colonização, tendo como os primeiros aprendizes de ofícios os índios e os escravos, e “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais”. (FONSECA, 1961, p. 68).

A educação profissional tecnológica, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, a ciência e à tecnologia, objetiva garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias. A maioria dos trabalhos científicos sobre a educação profissional aborda a importância ou a história desse ensino apresenta, como tendência, um maior enfoque na questão referente à forma dos currículos e como surgiu aqui no Brasil.

¹Autor Principal, Mestrando em Educação Global, Inteligências Humanas e Construção da Cidadania -FCU
izabel_alves15@hotmail.com;

² Orientador, Doutor em Modelos de Decisão em Saúde (Estatística) UFPB adviser11@pesf.com.br.

As Escolas Estaduais de Educação Profissional são instituídas no Ceará a partir de 2008. Elas desenham a possibilidade de um futuro mais justo, mais equânime e com mais oportunidades para os jovens cearenses, acenando para a materialidade da experiência de um maior exercício de cidadania. Partindo desse pressuposto esta pesquisa se propõe a investigar quais impactos estão acontecendo mediante ao desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho a partir do olhar dos envolvidos diretamente que são professores e alunos.

Para melhor entendimento sobre competência, é importante destacar algumas vertentes sobre o tema. Os estudos e modelos desenvolvidos durante as décadas de 70, 80 e 90 por autores americanos como McClelland (1973), Boyatzis (1982) e Spencer e Spencer (1993), afirmavam que competência é o conjunto de qualificações que a pessoa tem para executar um trabalho com um nível superior de desempenho. (FLEURY E FLEURY, 2001 APUD SPENCER E SPENCER, 1993; MCLAGAN, 1996; MIRABILE, 1997). Enquanto que Zarifian (1999) define a competência como sendo a inteligência prática para situações que se apoiam sobre os conhecimentos adquiridos e os transformam com tanto mais força, quanto mais aumenta a complexidade das situações.

A Revista Você S.A (2011) realizou uma pesquisa com trinta grandes empresas abordando, entre outras, as seguintes perguntas: Quais são as cinco principais competências que sua empresa busca ou vai buscar nos jovens profissionais? As competências mais citadas foram: proatividade, disposição para aprender, aprendizagem rápida, flexibilidade e responsabilidade.

É um desafio para a Secretaria de Educação do Estado do Ceará implantar uma rede de escolas estaduais de educação profissional que caminhe para além da sobreposição de disciplinas gerais e específicas, apresentando uma matriz curricular que responda ao que é preconizado no projeto Ensino Médio e Educação Profissional (SEDUC, 2008, p, 05):

Os cursos serão ofertados na forma integrada, o que implica aglutinar – e não somente reunir – o ensino médio e a educação profissional em um só curso. Reunidas em uma só formação, as EEEP's constituem proposta educacional diferenciada, mediante entrelaçamento de ciência, cultura e profissionalização. É um programa de educação integral, destinado a jovens que concluíram o ensino fundamental, visando à elevação da escolaridade, à formação para a cidadania, à preparação para o trabalho e ao prosseguimento dos estudos. A elevação da escolaridade será obtida com a conclusão do ensino médio, sendo oferecidas condições para o alcance do nível superior, pois a escola pública não pode mais perpetuar a sonegação da

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

perspectiva de ingresso dos jovens nos cursos superiores, sejam tecnológicos ou não.

O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional de Nível Técnico, regulamentado a partir do decreto nº 5.154/2004, bem como a Lei nº 11.741/2008, que alterou o artigo 36 da LDB 9.394/1996, foi apresentado pelo Governo Federal como uma nova modalidade de ensino, adquirindo o mesmo status das outras modalidades de ensino da educação básica.

O crescente interesse dos jovens pelos cursos técnicos profissionalizantes pode ser contatado pelo número de matrículas nesta modalidade de ensino desde o ano da implantação da rede de escolas no Estado. Em 2008, o governo cearense iniciou as atividades da rede de escolas profissionalizantes, adaptando 25 escolas com pouco mais de 4 (quatro) mil alunos. Este número passou dos 40 mil no final da gestão do governo Cid Gomes, em 2014, representando um aumento nas matrículas de mais de 1.000%. Em 2018 esse número aumentou, uma vez que atualmente existem 119 escolas de educação profissional de tempo integral ativas e padrão MEC. Na visão de Magalhães (2013, p.19),

A rápida expansão das EEEP's, instaladas em municípios de variadas características geográficas, socioeconômicas e culturais, se por um lado representa uma oportunidade para os jovens destes municípios obterem uma formação técnica integrada ao ensino médio, por outro gera expectativas quanto à sustentabilidade do projeto ao longo dos anos.

Na região dos Inhamuns atualmente existem duas escolas profissionais que são: EEEP. Monsenhor Odorico de Andrade localizada na cidade de Tauá, atualmente com 521 matrícula. A outra na cidade de Parambu a 60 km de Tauá a EEEP. Joaquim Filomeno atualmente com 425 matrículas ativas.

Diante dos cursos ofertados por estas EEEP's e levando em consideração o tempo de funcionamento das mesmas surgiu a necessidade de estudar o **tema** sobre como o ensino profissionalizante está impactando o mercado de trabalho na região dos Inhamuns, através do desenvolvimento de competências dos indivíduos.

O problema de pesquisa é como as Escolas Estaduais de Educação Profissional de tempo integral do Ceará estão impactando no desenvolvimento de competências para a inserção de jovens no mercado de trabalho?

A partir do problema identificado, apresenta-se então a hipótese que os jovens que estão sendo inseridos no mercado de trabalho advindos das Escolas Estaduais Profissionais apresentam uma competência diferenciada, o que gera impactos positivos no ambiente de trabalho.

O pressuposto é que as Escolas Estaduais de Educação Profissional de tempo integral do Ceará estão contribuindo de forma positiva no desenvolvimento de competências para a inserção de jovens no mercado de trabalho na região dos Inhamuns/CE.

O objeto de estudo será o processo de ensino nas Escolas Estaduais de educação Profissional na região dos Inhamuns/CE.

OBJETIVO GERAL

- Analisar o ensino nas escolas profissionais de tempo Integral do Ceará para as inserções dos jovens no mercado de trabalho na região dos Inhamuns/CE.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Descrever as concepções dos docentes sobre as contribuições das escolas profissionalizantes na inserção dos jovens no mercado de trabalho na região dos Inhamuns/CE.
2. Descrever as metodologias e a estrutura curricular das escolas profissionalizantes no que tange a preparação dos jovens para inserção no mercado de trabalho na região dos Inhamuns/CE;
3. Analisar os dados estatísticos das escolas profissionalizantes quanto a inserção dos jovens formados no mercado de trabalho na região dos Inhamuns/CE;
4. Avaliar a partir do olhar dos alunos das 3ª séries e egressos das EP's, na região dos Inhamuns, que elementos o ensino profissionalizante deve aprimorar para a capacitação dos alunos no mercado de trabalho.

METODOLOGIA

A trajetória metodológica pode ser subdividida de várias maneiras, dependendo da organização de cada curso e de cada área de conhecimento. Os autores adotam diferentes terminologias, tais como: Metodologia, Investigação Metodológica, Material e Método, tendo todos o mesmo objetivo.

Partindo deste objetivo, pode-se destacar que esta investigação se encontra ancorada na abordagem qualitativa e no paradigma interpretativo, pois o seu principal interesse reside na

tentativa de compreender a opinião dos professores sobre sua prática, visto que não há intenção de formular generalizações sobre o tema investigado.

Segundo Minayo (2009), a metodologia de um trabalho de pesquisa deve incluir simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade, que inclui a experiência, a capacidade pessoal e a sensibilidade do pesquisador.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos, etc. Ao longo de todo o processo de análise, o material estava sendo lido e interpretado à luz da literatura científica de referência para o pesquisador, que produz teoria articulada ao conjunto de produções científicas com o qual se identifica (DUARTE, 2004). Todos os procedimentos éticos e legais foram observados cuidadosamente (termos de assentimento e esclarecimento devidamente assinados por pais/responsáveis) respeitando a vontade dos mesmos, assegurando sobre o direito de uso de imagem e submetidos à Comissão de Ética e Pesquisa através da Plataforma Brasil e autorizados pela mesma para realizar a pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

O ensino profissionalizante surgiu aproximadamente no século XIX onde vivíamos em um contexto de lutas empreendidas pelo proletariado contra diversas formas de exploração. Uma dessas lutas foi a tentativa de desenvolvimento de perspectivas de educação socialista que visava a formação da consciência de classe do proletariado. Então foi dentro desse contexto que surge a necessidade de uma educação profissional.

Quadro 01: História da Educação Profissional

Ano	Educação Profissional no Brasil
1909	O Decreto-Lei nº 7.5662, de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, instituiu oficialmente a educação profissional brasileira que, vista como instrumento de capacitação ou adestramento para atender ao crescente desenvolvimento industrial e ao ciclo de urbanização, tinha caráter assistencialista ³ em relação à massa trabalhadora. Ocorreu a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, difundidas com o intuito de preparar gerações vindouras para a continuidade dos ofícios, suprimindo, assim, o mercado produtivo, dominado pela burguesia emergente, formando profissionais advindos das camadas pobres da população. O ensino profissional foi delegado ao Ministério de Indústria e Comércio.

1910	Foram ofertados cursos de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas ministradas nas 19 Escolas de Aprendizes Artífices.
1930	Ocorreu a instalação de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo (início da Industrialização do Brasil). A partir da década de 1930, o ensino profissional se expandiu no Brasil, incluindo, em seu público-alvo, ricos e pobres.
1937	A Constituição de 1937 fez menção às escolas vocacionais e pré-vocacionais como dever do Estado, a quem competia, com a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos, criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários e associados.
1940	Amplitude de atendimento: criação das instituições responsáveis pela formação de mão-de-obra para os dois principais pilares da economia: a Indústria e o Comércio. Surgimento do chamado Sistema S4 .
1942	Criação do SENAI (S pioneiro). Criação da lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Secundário.
1943	Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial.
1946	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), do Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Social da Indústria (SESI). Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Primário, Normal e Agrícola.
1990	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), do Serviço Nacional do Transporte (SENAT) ⁵ , do Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo (SESCOOP) e do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE)

Fonte: Lidiane Soares Wittaczik (2007)

No resumo do quadro 1 acima, podemos perceber que a década de 1930 é considerada referencial histórico para a Educação Profissional do Brasil, visto que nessa década foi o auge da industrialização no país e possibilitou a institucionalização de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo. Podemos perceber que também a década de 1940, também foi de suma importância para a educação profissional brasileira, pois, com o surgimento do Sistema S, tomou impulso em amplitude de atendimento, necessitando assim de uma formação que ofereça profissionalização.

O sistema de Ensino Médio integrado da educação profissional foi agregado à Lei de Diretrizes e Bases do Ministério da Educação em 2006. Atualmente no Ceará, o projeto chega abrangendo 4.230 alunos em 20 municípios. A fim de estimular a educação profissional, criar mais oportunidades de emprego para os jovens cearenses e solucionar a falta de mão-de-obra qualificada no mercado local, o Governo do Estado está apostando na construção de escolas profissionalizantes.

O ensino profissionalizante possui características diferentes do curso de ensino regular onde o aluno cursa do nível básico ao ensino médio podendo chegar até a universidade e escolher entre diversas áreas, porém são cursos de longa duração e vão preparar o estudante para uma carreira profissional em longo prazo. Já os cursos técnicos de educação profissional têm uma duração bem menor e possuem a vantagem de preparar o aluno diretamente para o dia a dia das empresas e as demandas do mercado de trabalho. Antônio Gramsci (1995) defende a ideia de escola para a classe trabalhadora onde coloca a concepção de uma escola unitária:

Escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual." (GRAMSCI, 1995, p. 118).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, traz a luz um novo contexto que é o caráter de reintegração emerge e, no que diz respeito às seções que tratam do ensino médio e à educação profissional, a indicação de articulação estará expressa, ora como finalidade de formação do ensino médio, ora como orientação curricular da educação profissional, conforme indicam os seguintes recortes normativos:

Art.35 O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidade: [...] II a preparação para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; [...] 41 Art. 36 [...] §2 O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas; §3 Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos; §4 A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional [...] Art. 40 A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. (BRASIL, 1996, Art. 35, 36 e 40).

A atual LDB (9.394/96) compreende a importância da educação profissional e procura estabelecer a integração dessa modalidade com o trabalho, ciência e tecnologia.

De acordo com Chahad (2002, p. 134), a educação profissional “não mais consiste em simples instrumento de política assistencialista nem se resume à simples preparação do indivíduo para execução de um determinado conjunto de tarefas”. Ainda, argumenta:

Depois da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal nº 9.394/96, a educação profissional passou a significar muito mais, com o domínio operacional de um determinado fazer, acompanhado da compreensão global do processo produtivo. Com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões. Atualmente o Decreto-lei nº 2.208, de 17/04/97, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20/12/96, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, estrutura a educação profissional (2002, p. 135).

Nos estudos de Ciavatta (2004, p.88), a história da educação profissional no Brasil se constitui como “[...] uma luta política entre duas alternativas, a implementação do assistencialismo e da aprendizagem operacional versus propostas de introdução dos fundamentos da técnica e das tecnologias, o preparo intelectual”.

As Escolas Estaduais de Educação Profissional são instituídas no Ceará a partir de 2008. Essas escolas desenham a possibilidade de um futuro mais justo, mais equânime e com mais oportunidades para os jovens cearenses, acenando para a materialidade da experiência de um maior exercício de cidadania.

Atualmente são 119 Escolas Estaduais de Educação Profissional. Escolas com funcionamento em tempo integral que organizam e integram o ensino médio à educação profissional, configurando cenários de cidadania que articulam o direito à educação e ao trabalho.

O CONCEITO DE COMPETÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A noção de competência, explorada neste trabalho, lança luz sobre um aspecto importante: se por um lado, agrega valor econômico à organização, por outro não menos relevante deve agregar valor social ao indivíduo, ou seja, as pessoas, ao desenvolverem competências essenciais para o sucesso da organização, estão também investindo em si mesmas, não só como cidadãos organizacionais, mas como cidadãos do próprio país e do mundo.

O conceito de competência e a reflexão sobre o seu significado pedagógico assumem um papel de destaque na investigação em Educação a nível nacional e internacional (COMELLAS, 2000; CRUZ, 2001; GOUVEIA, 2007; PERRENOUD, 1999).

Para Roldão (2003), a competência emerge quando, perante uma situação, o sujeito é capaz de mobilizar adequadamente diversos conhecimentos prévios, selecioná-los e integrá-los de forma ajustada à situação em questão. Desta forma, a competência exige apropriação sólida e ampla de saberes, de modo a permitir ao sujeito que os convoque (de forma ajustada) quando

se encontra face a diferentes situações e contextos. Competência recorre, desta forma, a noções, conhecimentos, informações, procedimentos, métodos e técnicas.

As competências são essenciais para o desenvolvimento humano, elas são inerentes de cada um de nós e faz-se necessários que tenhamos para o nosso desempenho no mercado de trabalho. Quando buscamos pelo conceito de competência vários teóricos nos trazem definições que nos levam a refletir sobre sua importância.

Segundo Perrenoud (1999), uma competência traduz-se na capacidade de agir eficazmente perante um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem se limitar a eles. É um saber em uso que exige integração e mobilização de conhecimentos, processos e predisposições que, ao incorporarem-se uns nos outros, vão permitir ao sujeito fazer, pensar, apreciar (Roldão, 2002). Constitui a faculdade de mobilização de recursos cognitivos, com vista à resolução com pertinência e eficácia de uma série de situações (GENTILLE & BENCINI, 2000).

Diante das definições previamente apresentadas, podemos verificar que a emergência da noção de competência na área da Educação evidenciou mudanças epistemológicas. A escola deve incentivar a ação dos alunos (captar, relacionar, integrar, conferir sentido, recriar informação), a tomada de iniciativa pessoal e o desenvolvimento da autoconfiança. Isso é um processo muito presente na Educação profissional, uma vez que ele está pautado no desenvolvimento do protagonismo juvenil e conseqüentemente a sua inserção no mercado de trabalho.

O mundo do trabalho é o meio, no qual, os seres humanos atuam, convivem, se comunicam e criam sua cultura; é a categoria que abrange todas as atividades humanas e suas diversas formas de manifestação. E, influenciado pelas condições sociais, econômicas e políticas de cada época. É, por isso, palco de constante confrontação de forças, cujas ideologias e estruturas de poder fundamentam suas ideias e ações. Desse modo, é nele que a atividade humana essencial – o trabalho – se apresenta em todos os seus aspectos, facetas e relações.

Antunes (2000, p. 123) afirma que, “é a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem se torna a ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas.” Logo, a vida cotidiana de homens e mulheres está determinada pelo trabalho, estando suas formas de socialização, crenças e sentimentos vinculados ao seu fazer diário.

Ferreti (2004) afirma que, a Educação Profissional passou a interessar e mobilizar os educadores brasileiros, como categoria teórica, quando do debate em torno dos rumos da educação em função das mudanças radicais no mundo do trabalho, iniciadas na década de 70 e efetivadas na década de 90. Os trabalhadores passaram a, não apenas, operar máquinas, mas,

programar, supervisionar e controlar. Assim, logo, o fazer operatório fordista passou a ser substituído pelo agir intelectualmente do novo modelo produtivo.

A formação profissional permanente passa a ser um dos elementos necessários à manutenção do emprego. Com o objetivo de proporcionar aos alunos condições de inserção e competitividade no mercado de trabalho, as escolas de Educação Profissional, se voltam para as necessidades do mercado e para o perfil das ocupações profissionais baseadas em competências, para formular cursos e currículos. Para planejar cursos e programas de formação continuada, técnicos ou tecnológicos, é necessário conhecer o mercado formal e informal, os conteúdos das ocupações, seu movimento e a oferta de formação.

Perrenoud (1999) ao analisar a estruturação de situações-problema, afirma que a contextualização passa a ser essencial na elaboração das situações de vida social e profissional, cujas práticas devem ser significativas para os alunos e resultar na construção de competências para a vida, “o saber dá poder apenas àqueles que aprendem a utilizá-lo nas relações sociais” (PERRENOUD, 2002, p.19).

A Educação Profissional centra-se em um currículo baseado nas competências, com metodologias voltadas para projetos ou resolução de problemas.

A EP situa-se como necessária não somente à elaboração de uma base de conhecimento técnico, administrativo e gerencial, mas objetiva o desenvolvimento de atitudes e conhecimentos técnicos e, acima de tudo, visa a “compreender o mundo que se vive, inclusive para entender a própria incorporação pelo trabalho dos conhecimentos científicos no âmbito da vida e da sociedade”. (SAVIANI, 2003).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

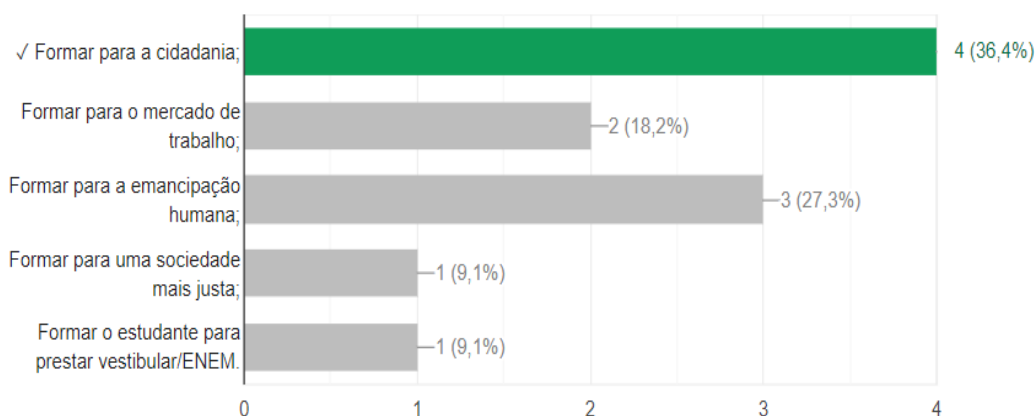
A análise dos resultados das entrevistas, que compõem a parte qualitativa da pesquisa, utilizando-se o método de análise de conteúdo.

Tendo em vista que o foco deste trabalho é explorar o olhar dos professores e alunos das 3^{as} séries e egressos do ensino profissionalizante de tempo integral da região dos Inhamuns sobre as competências adquiridas para o mercado de trabalho, para o tratamento dos dados obtidos nas entrevistas e aplicação de questionário será realizada a análise temática de conteúdo apresentada por Gomes (2015). Pois a análise de conteúdo permite alcançar uma interpretação mais profunda das falas dos sujeitos a partir de inferências.

Os resultados apresentados serão através de gráficos por tratar-se também de análises quantitativas.

Inicialmente, foi perguntado aos professores: Em sua opinião, qual a principal contribuição das EPs na região dos Inhamuns?

Gráfico 01: A opinião dos professores, qual a principal contribuição das EPs na região dos inhamuns?

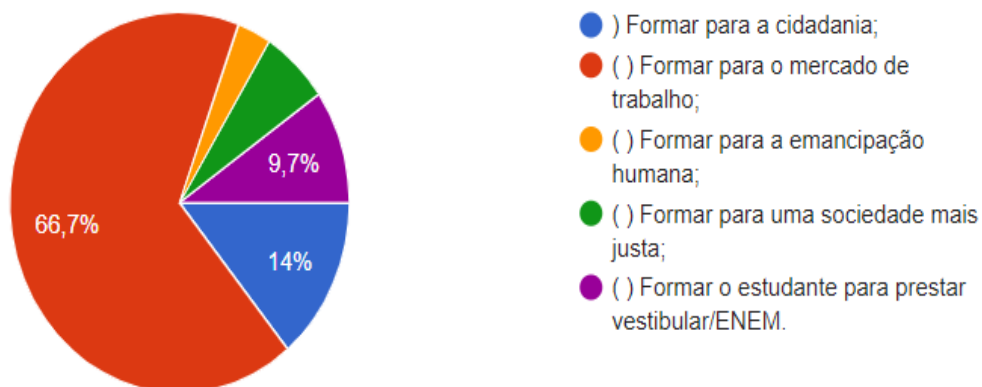


Fonte: Dados da pesquisa

Ao analisarmos as respostas dos professores percebemos que na opinião destes a EP tem como principal contribuição a formação para a cidadania, fator este que contribui para o desenvolvimento do educando como um todo.

Quando foi realizada a pesquisa com os alunos das 3ª séries e egressos da EP: Em sua opinião, qual a principal contribuição das EEEPs no cenário cearense.

Gráfico 02: A opinião dos alunos, qual a principal contribuição das EPs na região dos Inhamuns?

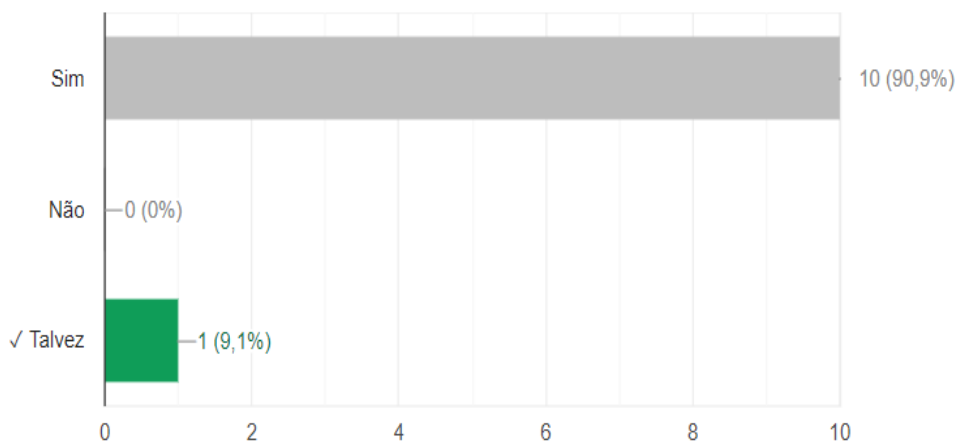


Fonte:Dados da pesquisa

Ao analisarmos as respostas dos alunos, quanto a contribuição da EP na região dos Inhamuns, percebe-se que no ponto de vista destes a maior contribuição é a formação para o mercado de trabalho.

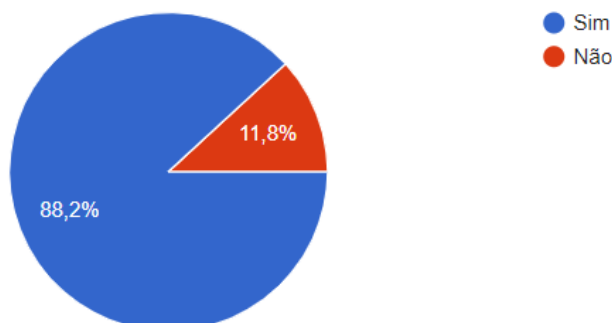
Seguindo a pesquisa foi perguntado aos professores se: Ele acredita que o aluno da EP está saindo preparado para o mercado de trabalho?

Gráfico 03: Opinião dos professores se, ele acredita que o aluno da EP está saindo preparado para o mercado de trabalho?



Quando analisamos as respostas dos professores sobre a preparação dos alunos para o mercado de trabalho, em sua maioria eles acreditam que o aluno está saindo preparado para o mercado de trabalho, isso nos leva a compreender que no ponto de vista dos professores o mercado de trabalho da região dos Inhamuns está sendo impactado com este novo modelo de educação.

No decorrer da pesquisa perguntou-se aos alunos: Você atribui a sua inserção no mercado de trabalho a sua formação na EP?



Fonte: Dados da pesquisa

Analisando as respostas dos alunos fica claro a contribuição da EP no que diz respeito a inserção no mercado de trabalho.

Quando analisamos as planilhas de inserção da Educação profissional na região dos inhamuns, é notório a transformação que acontece na vida dos jovens e no mercado de trabalho, pois mais de 50% estão inseridos no mercado de trabalho.

Este estudo conclui sobre a eficiência dos impactos que a EP tem sobre o mercado de trabalho local, isso fortalece o crescimento da região dos Inhamuns pois aumenta a empregabilidade e geração de renda e conseqüentemente melhorias na economia e qualidade de vida. Nesse sentido deseja-se de forma positiva contribuir com a expansão do conhecimento científico, unindo-se a outras contribuições sobre o tema estudado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a compreender os impactos que a Educação profissional traz para a região dos Inhamuns/CE no que diz respeito a inserção no mercado de trabalho. Partindo das respostas dadas as perguntas dos questionários, os professores e educandos demonstraram através da segurança observada nas repostas positivas compreender os impactos da EP para a região dos Inhamuns. É notório entre os alunos e professores, sujeitos da pesquisa, o entendimento unânime da importância das EP's para o mercado de trabalho, segundo eles influenciam na sua formação integral, através da busca de reflexões de atitudes, valores e vivências gerando assim um engrandecimento tanto pessoal como profissional. Este estudo conclui que as EP's estão contribuindo positivamente para as inserções no mercado de trabalho na região dos Inhamuns.

REFERÊNCIAS

CHAHAD, José Paulo; MENEZES FILHO, Naércio (orgs). Mercado de Trabalho no Brasil: salário, emprego, e desemprego numa era de grandes mudanças. São Paulo: LTr, 2002.

CIAVATTA, Maria (Orgs.) Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

COELHO, L. M. C. da C.; CAVALIÈRE, A. M. V. **Educação brasileira e(m) tempo integral**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. **Aprovar as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. [Internet]. 2012 [acesso 10 mar 2014]. Disponível: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. C. C. Alinhando Estratégia e Competências. **Revista Administração de Empresas**, v. 44, n.1, jan.-mar. 2004.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2015.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). et al. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MONLEVADE, João. **Educação pública no Brasil: contos & descontos**. 2.ed. Ceilândia: Idéa Editora, 2001.

PERRENOUD, Philippi. **Construir competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PERRENOUD, P. (1999). **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed Editora.

PERRENOUD, P. (2000). **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed Editora.

PERRENOUD, P. (2001). **Porquê construir competências a partir da escola?** Porto: Edições Asa.

PERRENOUD, P. (2005). **Escola e cidadania.** O papel da escola na formação para a democracia.

PORTO ALEGRE: Artmed Editora. Perrenoud, P., Thurler, M., Macedo, L., Machado, N., & Allessandrini, C. (2002). **As competências para ensinar no século XXI.** A formação dos professores e o desafio da avaliação.

ROLDÃO, M. (2002). De que falamos quando falamos de competências? Noesis. Janeiro/Março, 59- 62. Roldão, M. (2003). Gestão do currículo e avaliação de competências – as questões dos professores. Lisboa: Editorial Presença.

RAMOS, Marise Nogueira. **A educação profissional no contexto da educação nacional.** Disponível em: . Acesso em: 10 maio 2018. SENAC. A educação profissional no contexto da educação. Disponível em: . Acesso em: 20 maio 2018

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ (SEDUC). Ensino Médio e Educação Profissional. 2008.